

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

10/06 a 14/06

SENADO FEDERAL

Comissão de Assuntos Sociais

19.06 – Quarta-feira –9h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 09

Audiência Pública – Sobre: “Debater a reforma da previdência.”

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Convidados:

- Rogério Marinho - Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

17.06 – Segunda-feira –9h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 06

Audiência Pública – Sobre: “O Femicídio no Brasil”

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Convidados:

- Sara Gama Sampaio - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, representante da Comissão de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.
- Fernanda Falcomer - Coordenadora da Temática da Violência na Secretaria de Saúde do Distrito Federal.
- Soraia Mendes - Professora- Coordenadora do Comitê Latino- Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher- CLADEM.
- Rodrigo Capez - Representante do Conselho Nacional de Justiça.
- Alessandro Moretti - Secretário Executivo da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

17.06 – Segunda-feira –14h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 06

Audiência Pública – Sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na apresentação do Atlas da Previdência.

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Convidados:

- Tadeu Alencar Arrais - Pesquisador do CNPq, 1D, Professor Associado UFG.
- Vinicius Barile - Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental – ANESP.
- Floriano Martins de Sá Neto - Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Comissão de Educação

18.06 – Terça-feira –14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

Audiência Pública – Sobre: “A renovação e a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), cuja vigência expira em 2020”.

Autor: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Convidados:

- Élide Graziane Pinto - Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo.
- José Marcelino de Rezende Pinto - Professor Titular da Universidade de São Paulo – USP
- Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE.
- Mozart Neves Ramos - Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação - CNE.

Comissão de Especial da Reforma da Previdência

18.06 – Terça-feira –14h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 03

Audiência Pública – Sobre: “Audiência pública com o relator da PEC nº 6/2019” .

Convidados:

- Deputado Samuel Moreira (PSDB/SP) - Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a reforma da previdência.

Comissão de Meio Ambiente

18.06 – Terça-feira –10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 09

Audiência Pública – Sobre: “Desertificação: balanço das políticas para melhor uso do solo brasileiro”.

Autor: Senador Fabiano Cantarato (REDE/ES)

Convidados:

- Daniel Fernandes Costa - Coordenador Executivo da Associação Caatinga.
- José Artur de Barros Padilha - Sócio da Ceralpa (Cooperativa de Energia e Desenvolvimento do Alto Pajeú) e da Base Zero da Ecologia.
- Francisco Campello - Fundação Araripe.
- Gertjan Beekman - Instituto Inter-americano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário

18.06 – Terça-feira – 14h

Local: Plenário da Câmara dos Deputados

PL 466/2015 – Dispõe sobre a adoção de medidas que assegurem a circulação segura de animais silvestres no território nacional, com a redução de acidentes envolvendo pessoas e animais nas estradas, rodovias e ferrovias brasileiras.

O essencial:

- Institui a adoção de medidas que visem assegurar a circulação segura de animais silvestres pelo território nacional, com a redução de acidentes envolvendo pessoas e animais nas estradas, rodovias e ferrovias brasileiras.
- Entre essas medidas estão medidas que visam diminuir acidentes tanto em instalações futuras de estradas, rodovias e ferrovias brasileiras quanto medidas para mitigar o acontecimento desses acidentes.

Autor: Deputado Ricardo Izar (PSD/SP)

Situação: incluído na Ordem do Dia em 18.06. Aguardando deliberação no Plenário.
Próximos passos: se o projeto for aprovado, o projeto segue para a apreciação no Senado Federal. Caso seja rejeitado, o projeto é arquivado.

PL 6969/2013 – Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

O essencial:

- O Projeto de Lei estabelece princípios, diretrizes e instrumentos da PNCMar; define competências institucionais; trata da conservação e do uso sustentável dos recursos pesqueiros; possibilita medidas excepcionais aos planos de manejo dos espaços marinhos especialmente protegidos; e traz disposições transitórias.

Autor: Deputado Sarney Filho (PV/MA)

Situação: incluído na Ordem do Dia em 18.06. Ainda não foi apresentado parecer pelo relator Deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE) na CCJC.

Próximos passos: se o projeto for aprovado, o projeto segue para a apreciação no Senado Federal. Caso seja rejeitado, o projeto é arquivado.

PL 550/2019 – Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

O essencial:

- Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010 (Lei de Segurança de Barragens), para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB);
- Altera Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB;
- Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para instituir o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) em caso de suspensão da produção devido a acidente ou rompimento de barragem;
- Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para classificar como hediondo o crime de poluição ambiental com resultado morte; a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para tipificar o crime de poluição com resultado morte e determinar que, em

situação de acidente, a multa por infração ambiental seja revertida à região afetada;

- Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989 (Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente), para incluir, entre as aplicações financeiras prioritárias, a recuperação de áreas degradadas por acidentes ou desastres ambientais;
- Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (Lei da Defesa Civil), para determinar ao Sinpdec a manutenção de canal de comunicação para o recebimento de denúncias e informações relacionadas à segurança de barragens.

Autor: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Situação: incluído na Ordem do Dia em 18.06. Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa e aguardando Deliberação no Plenário.

Próximos passos: se o projeto for aprovado, o projeto segue para a apreciação no Senado Federal. Caso seja rejeitado, o projeto é arquivado.

PL 18/2019 – Estabelece princípios e regras específicos para barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração e a barragens de água ou líquidos associados a processos industriais ou de mineração, independentemente do porte e do potencial poluidor, em caráter complementar à Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB)

O essencial:

- Dispõe sobre barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração e a barragens de água ou líquidos associados a processos industriais ou de mineração, independentemente do porte e do potencial poluidor.

Autor: Deputado Alessandro Molon (PSB/RJ)

Situação: incluído na Ordem do Dia do dia 18.06. Pendente de parecer das Comissões de: Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Minas e Energia; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Próximos passos: se o projeto for aprovado, o projeto segue para a apreciação no Senado Federal. Caso seja rejeitado, o projeto é arquivado.

PL 2787/2019 – Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem, e dá outras providências.

O essencial:

- Tipifica o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem.
- Cria um tipo penal específico para aquele que der causa a rompimento de barragem pela inobservância das normas técnicas aplicáveis ou das determinações da autoridade licenciadora e da entidade fiscalizadora da segurança de barragem, com modalidades dolosa e culposa. Também cria tipos qualificados, ponderando os efeitos desse crime.

Autor: Deputado Zé Silva (SOLIDARI/MG) e outros

Situação: incluído na Ordem do Dia do dia 18.06. Pendente de parecer das Comissões de: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Próximos passos: se o projeto for aprovado, o projeto segue para a apreciação no Senado Federal. Caso seja rejeitado, o projeto é arquivado.

PL 2790/2019 – Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (Estatuto de Proteção e Defesa Civil), para incluir a prevenção a desastres induzidos por ação humana.

O essencial:

- Visa alterar a citada lei para, entre outras questões, incluir capítulo específico de normas dedicadas à gestão de desastres induzidos por ação humana. Essas normas incluem a realização de ações preventivas antes do início da operação dos empreendimentos; o reforço às atividades de preparação das comunidades; o detalhamento do plano de contingência e documentos correlatos e das ações de resposta e recuperação a serem necessariamente implantadas; o monitoramento contínuo dos fatores de risco; a realização periódica de exercícios simulados; a emissão de alerta antecipado; o cadastramento da população potencialmente atingida; e a remoção de escolas e hospitais da área de maior risco de desastre.
- Visa reforçar o planejamento das ações de proteção e defesa civil antes do início da operação do empreendimento. Por isso, condiciona a emissão da Licença Ambiental de Operação à elaboração do plano de contingência

Autor: Deputado Zé Silva (SOLIDARI/MG) e outros

Situação: incluído na Ordem do Dia do dia 18.06. Pendente de parecer das Comissões de: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Próximos passos: se o projeto for aprovado, o projeto segue para a apreciação no Senado Federal. Caso seja rejeitado, o projeto é arquivado.

PLP 117/2011 – Altera dispositivos da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para dispor sobre a competência do órgão ambiental da União para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para apuração de infrações à legislação ambiental cometidas na área da Amazônia, e dá outras providências.

O essencial:

- O projeto de lei complementar pretende tornar clara a competência da União para fiscalizar a Amazônia Legal e o bioma Pantanal e evidenciar a validade de seu auto de infração e de seus processos administrativos em qualquer caso, dentro das áreas de proteção especial.

Autor: Deputado Zé Silva (SOLIDARI/MG) e outros

Situação: incluído na Ordem do Dia do dia 18.06. Pendente de parecer das Comissões: da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **Próximos passos:** se o projeto for aprovado, o projeto segue para a apreciação no Senado Federal. Caso seja rejeitado, o projeto é arquivado.

Comissão De Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

17.06 – Segunda-feira – 10h

Local: Anexo II, Plenário nº 14

Audiência Pública – Debater sobre “Diretrizes e objetivos para as políticas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.” .

Autor: Deputado Kim Kataguiri (DEM/SP)

Convidados:

- Luiz Cornacchioni, Diretor Executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG);

- Rodrigo Justus, Consultor de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- João Adrien, Chefe da Assessoria de Assuntos Socioambientais, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Fabiana Schneider, Procuradora da República e Coordenadora Substituta do GT Grandes Empreendimentos, representando o Sr. Felipe Bogado, Procurador da República do MPF;
- Nilvo Silva, Pesquisador da FGV e Ex-Diretor de Licenciamento do IBAMA;
- Cristina Godoy de Araújo Freitas, Diretora do Instituto o Direito por um Planeta Verde;
- Marcílio Caron, Diretor Executivo da Indústria Brasileira de Árvores (IBA);
- Fabricio Rosa, Diretor Executivo da Aprosoja.

Comissão De Constituição E Justiça E De Cidadania

17.06 – Segunda-Feira – 14h

Local: Anexo II, Plenário 01

PEC 60/2019 – Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a criação do Fundo Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer.

O essencial:

- Esta Proposta de Emenda à Constituição é fruto de um contínuo esforço que tem como objetivo fundamental proporcionar às pessoas com câncer uma melhor qualidade de vida.
- Por meio desta Proposta, sugere-se a destinação de parte da receita da arrecadação do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre cigarros e derivados do tabaco e bebidas alcoólicas para o Fundo.

Autor: Deputado Eduardo Braide (PMN/MA)

Situação: Pela aprovação.

Próximos passos: incluído na pauta do dia 17.06. Caso o parecer seja aprovado, segue para deliberação na Comissão Especial. Caso seja rejeitado, será designado novo relator.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

18.06 – Terça-Feira – 14h

Local: Anexo II, Plenário 11

PL 10025/2018 – Dispõe sobre a notificação compulsória às autoridades policiais. ou do Ministério Público em caso de detecção de ato violento contra a mulher atendida em serviço de saúde público ou privado.

O essencial:

- O projeto pretende alterar o art. 4º da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

Autor: Senador Elmano Férrer (PTB/PI)

Situação: incluído na pauta do dia 18.06. O parecer pela aprovação do projeto principal e pela rejeição dos apensados.

Próximos passos: Caso seja aprovado segue para a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Caso seja rejeitado, será designado novo relator.

Comissão De Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Da Amazônia

18.06 – Terça-Feira – 14h

Local: Anexo II, Plenário 15

Audiência Pública - Sobre: "Fixação de preços-padrão por regiões do país para obras dos Ministérios da Educação e da Saúde".

Autor: Deputado Jesus Sérgio (PDT/AC)

Convidados:

- Patrícia Costa Dias, Coordenadora-Geral de Infraestrutura Educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
- Otávio Pereira D'Ávila, Diretor de Saúde da Família, do Ministério da Saúde,

Comissão de Seguridade Social e Família

18.06 – Terça-Feira – 14h

Local: Anexo II, Plenário 07

Audiência Pública – Sobre: "A Proteção da Vida do Nascituro" .

Autora: Chris Tonietto (PSL/RJ)

Convidados:

- Lilia Nunes, Advogada, Diretora do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher - vinculado ao MDH

- Rodrigo Pedroso, Advogado, Assessor Especial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH)
- Lílana Bittencourt, Juíza de Direito, integrante do Poder Judiciário do Estado de Goiás